



Ministério do Trabalho e Emprego
Assessoria Especial de Controle Interno

ATA DE REUNIÃO

Comitê de Governança Estratégica - CGE

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

8^a Reunião Ordinária

Aos 24 dias do mês de Julho do ano de 2025, às 10h10, o Comitê de Governança Estratégica (CGE) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou a 8^a reunião ordinária na sala de reunião nº 433, 4º Andar, edifício sede do MTE. Estando presentes os membros: Ministro de Estado do Ministério do Trabalho, que presidiu a reunião, Secretária-Executiva Substituta, Chefe de Gabinete do Ministro, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Secretário de Inspeção do trabalho Substituto, Secretário da Secretaria de Proteção ao Trabalhador, Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho, Secretário da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda Substituto, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho da Secretaria Executiva, Subsecretário de Análise Técnica da Secretaria Executiva, Presidente da FUNDACENTRO (online), Ouvidora Substituta, Corregedor Substituto, Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria Executiva, Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva, Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Executiva, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, Chefe de Assessoria Especial de Articulação de Políticas de Trabalho para o Desenvolvimento Substituto, Chefe de Assessoria Especial de Comunicação e os Superintendentes Regionais do MTE (ouvintes).

O Senhor Ministro iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes e passou a palavra para o Coordenador do CGE, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, senhor Cláudio Py, que após os devidos cumprimentos informou a pauta do dia e em seguida passou a palavra para a senhora Secretária Executiva Substituta, Luciana Nakamura que iniciou a sua fala tratando da construção de uma plataforma de qualificação profissional, destacando a importância da geolocalização para direcionar cursos aos trabalhadores. A plataforma também incluirá dados sobre o mercado de trabalho e certificados de qualificação. Mencionou que o Secretário Executivo Adjunto, Victor Pellegrini, está coordenando o processo junto com a SEMP. O objetivo é construir uma base de dados para compor essa plataforma, inclusive informou que foi realizada parceria com os institutos federais que irão contribuir com os cursos a serem oferecidos. Acrescentou que a plataforma permitirá que os trabalhadores acessem cursos de qualificação com base em sua localização geográfica, utilizando a geolocalização para direcionar os cursos mais próximos ao seu domicílio. A plataforma incluirá dados sobre o mercado de trabalho, como ocupação, nível salarial e comportamento do mercado em relação às ocupações desejadas pelos trabalhadores. Pretende-se, também, fornecer um certificado de conclusão de curso para agregar o currículo do trabalhador. A seguir, Luciana abordou sobre o auxílio pescador, trata-se da transferência da habilitação do seguro-desemprego do pescador artesanal para o INSS, a partir do ano de 2015, no entanto, o recurso do pagamento é oriundo do FAT. Foram realizadas reuniões a respeito e decidiu-se que o processo de habilitação deverá retornar para o MTE. E a primeira ação a ser realizada é o cadastramento dos pescadores, com foco nos estados com maior concentração de beneficiários, Amazonas, Bahia, Pará, Piauí e Maranhão. O Ministério da Pesca irá

readastrar o Registro Geral da Pesca – RGP. Por conseguinte, o MTE irá realizar um trabalho de habilitação in loco, com o apoio das superintendências, para verificar se os pescadores artesanais que estão recebendo o seguro cumprem os critérios para receber o benefício.

O senhor Ministro fez uso da palavra para comentar que os pescadores artesanais fazem parte da agenda do Governo e o MTE trabalha para garantir a eles o acesso ao seu direito. Acrescentou que o trabalho dos servidores do MTE das superintendências, das gerências e agências foi reconhecido, valorizado, ao se decidir devolver ao Ministério a incumbência de gerir a habilitação do seguro defeso do pescador artesanal. A seguir, a Luciana passou a palavra para a senhora Lucilene Estevam para falar do crédito do trabalhador durante o período de 4 meses de operação. Lucilene disse que o objetivo dessa iniciativa do Governo é oferecer um crédito ao trabalhador em condições mais vantajosas, incluindo o trabalhador no mercado de crédito, ele pode consignar até 35% do seu salário. O acesso é para trabalhadores celetistas, vinculados a MEI, rurais, empregados domésticos e diretores não empregados que possuem FGTS. Em números, foram 3,8 milhões de contratos efetivados, equivalente a 100% de 22 anos de consignado de convênio, com o volume de empréstimo na ordem de R\$ 19,8 bilhões, equivalente a 49,5% do consignado de convênio e 3 milhões de trabalhadores fizeram empréstimo, equivalente a 6% do total de trabalhadores celetistas e empregados domésticos. O senhor Carlos Augusto fez uso da palavra para comentar que em agosto será discutido a regulamentação do uso das garantias do FGTS como garantia do crédito do trabalhador. O senhor Ministro fez uso da palavra para comentar que o crédito consignado ao trabalhador foi uma ideia de sua autoria ocorrida no ano de 2003 sugerida ao Presidente Lula, em construção e alinhamento com demais colegas, um trabalho em conjunto que hoje está sendo concretizado. É um crédito com a visão de democratizar o acesso, como pode ser comprovado nos dados apresentados pela Lucilene, pois de 24% de trabalhadores que tinham acesso pelo convênio, passamos para mais de 60% com acesso, devido ao crédito do trabalhador, dos que ganham até 8 salários mínimos, ampliando bastante o acesso de pessoas que nunca tiveram acesso ao crédito. Acrescentou que a taxa de juros ainda está alta e também pode ser auto explicável na medida que estamos trazendo gente para cá que estava no agiota pagando de 20% a 30% ao mês e que está pagando agora na ordem de 4%, ou seja, para o trabalhador individualmente, é um grande negócio e quando o produto ficar mais maduro espera-se que as pessoas saibam negociar melhor a taxa de juros. Disse que daqui a 3 meses será possível fazer um bom balanço em que se espera que a portabilidade entre em sua completude. Disse que o Presidente Lula está ansioso com esse programa e espera que a taxa reduza, pois está alta e ele concorda que está alta, mas acredita que durante o curso dos próximos meses a tendência é reduzir. Agradeceu a equipe que trabalhou e ainda continua trabalhando nesse programa, com tanta presteza e empenho, obrigado. O senhor Heber Fialho pediu a palavra para comentar que participou da cerimônia da assinatura do decreto sobre a obrigatoriedade do cadastro biométrico para acesso aos benefícios do Governo, que entrará em vigor em 120 dias. Assim, o Ministério do Trabalho deverá estudar esse novo decreto para alinhar-se e conseguir realizar a entrega do benefício do seguro defeso citado anteriormente para os pescadores artesanais. Acrescentou que nesse evento foi procurado por várias pessoas para elogiar e parabenizar a execução da entrega do programa crédito do trabalhador realizada pelo MTE.

A seguir, o Coordenador Cláudio Py passou a palavra para o senhor Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho, Marcos Perioto que iniciou a sua fala abordando o tema da COP 30, a ser realizada em Belém do Pará, destacada como um evento crucial para discutir a descarbonização e a substituição de energias fósseis por renováveis, com foco na transição justa. O evento enfrenta desafios logísticos em Belém, incluindo infraestrutura de transporte e acomodação. O governo brasileiro propôs uma pré-COP em Brasília para envolver movimentos sociais e outros interessados. A transição justa é um tema central, abordando como trabalhadores desmobilizados de setores fósseis serão reaproveitados em setores de energia renovável, evitando desemprego e protegendo setores menos favorecidos. O Ministério do Trabalho planeja participar ativamente, com eventos em parceria com a OIT e a realização de um evento prévio com parceiros sociais para definir um posicionamento conjunto sobre os temas da COP. Há uma expectativa de que a COP 30 resolva questões de financiamento internacional para ajudar países menos desenvolvidos a substituir suas fontes de energia, um tema não resolvido na COP 29 em Baku, Azerbaijão. A Chefe de assessoria especial de assuntos internacionais, senhora Maíra Lacerda pediu a palavra para comentar sobre as informações obtidas na última reunião que esteve presente na Casa Civil sobre a COP 30, em que disseram que querem dar espaço para os Ministérios apresentarem ações que já estão sendo feitas, eles pretendem fazer um banco que mostra um acelerador de soluções, dividiram os 4 eixos de temas que a COP 30 vai ter em pequenos temas,

tem trinta subtemas, em que o MTE estaria ligado no tema 18 que trata da qualificação e requalificação do preparo dos trabalhadores para a mudança climática e para a transição energética, a Assessoria Internacional já enviou um processo para a SEMP, solicitando informações e consultando sobre o seu interesse em participar desse banco de acelerador de soluções e responderam que sim; quanto ao pavilhão da OIT que o Ministério vai ter em Belém é o da transição justa e ele também teve em Baku o ano passado. Sobre o evento pré COP 30, ele será um adiantamento da negociação de suma importância a participação do Ministério. Vai acontecer também um evento paralelo ao pré COP 30, em que será realizado um debate com os Ministérios do Trabalho dos demais países como a Alemanha, sobre "o impacto que a mudança climática e a transição energética tem no mundo do trabalho" com a participação da FUNDACENTRO que desenvolveu um trabalho com o estresse térmico que tem causado a morte de trabalhadores em todo o mundo e quanto à saída dos EUA do acordo de Paris, já ocorreu anteriormente e pode ser que ocorra novamente, também saíram da UNESCO, e pode ser que saiam da OIT. Então, é um momento global para o Brasil aprender a viver sem essa fonte de riqueza que é os EUA. O senhor Ministro fez uso da palavra para comentar que os debates devem ser provocados antes da COP 30, que é importante participar do pré COP, mobilizar as centrais e discutir sobre a qualificação, as placas solares, as matrizes energéticas, as eólicas, tecnologia, dentre outras que pode ser preparado para o debate. Em seguida, comentou que a primeira Conferência dos trabalhadores, realizada em 2013, não terminou bem, pois não conseguiu fechar a Resolução. Nesse próxima Conferência dos trabalhadores a ser realizada em março de 2026, objetiva-se fechar uma Resolução, no entanto, será uma negociação difícil, pois será tripartite, ou seja, a mesa de negociação será composta pelos empregadores, trabalhadores e pelo Governo. Será preciso a colaboração de todo o time do MTE, tanto da Sede como dos Estados. Informou que antes dessa Conferência em março, haverá conferências nos Estados convocadas pelos superintendentes, eventualmente partilhado com a Secretaria de Estado. Enfim, pediu o empenho de todos os colaboradores envolvidos na organização para que seja realizada uma boa Conferência que elaborem a Resolução para a realização das políticas públicas do MTE. Por conseguinte, o senhor Marcos Perioto continuou a sua fala, apresentando os principais objetivos da II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT), que é promover um espaço de debate democrático e participativo, com representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo (federal, estadual e municipal) a fim de contribuir para o estabelecimento de diretrizes que promovam o trabalho decente no Brasil, fortalecendo o diálogo social e a construção coletiva de políticas públicas na área do trabalho. A II CNT será realizada em duas etapas, a primeira nos estados, entre 15/09 a 12/12 de 2025 e a segunda, nacional, em março de 2026. A etapa nacional reunirá cerca de 800 participantes, incluindo delegados eleitos e convidados. A II CNT foi convocada pela Portaria MTE nº 1.110, de 30/6/2025, a Comissão Organizadora Nacional (CON) tripartite e paritária foi designada pela Portaria MTE nº 1.159, de 8/7/2025 e o Secretário-Executivo do MTE designará uma Comissão Executiva Nacional centrada no Ministério, porém com participação de trabalhadores e empregadores. Cada estado também deverá constituir uma Comissão Organizadora Estadual tripartite e paritária e uma Comissão Executiva Estadual. Oportuno registrar que a II CNT é do MTE e está sendo organizada pela SRT. A OIT apoiará as etapas da CNT nos estados com facilitadores para atuar nas conferências sistematizando as propostas para serem encaminhadas a etapa nacional. Os custos com passagem, estadia e alimentação para os delegados da etapa nacional serão cobertos com recursos do MTE e demais custos serão cobertos com recursos orçamentários e patrocínios e apoios. Os estados também devem buscar por patrocínios e apoios. Haverá repasse de recursos para as Superintendências para realizarem as etapas estaduais. O MTE recomenda a utilização da Plataforma Brasil como Oficial da II CNT e haverá um regulamento padrão para as conferências estaduais. Foi aprovado um temário que será encaminhado para todas as Secretarias para que insiram sucintamente um rol de questões fundamentais acerca das políticas públicas de cada Secretaria finalística para que possa ser incorporado no documento básico a ser elemento de debate e a OIT elaborará um documento analítico sobre o mercado de trabalho para subsidiar as discussões nos trabalhos. A senhora Paula Montagner fez uso da palavra para comentar que participou das conversas iniciais com a OIT e na época o painel de informações do MTE não estava disponível e hoje em dia está, o que significa que vai diminuir muito o trabalho de organização de informações, porque o grau de detalhe que se propunha lá tornava inviável a realização de um documento sintético por uma federação, as pessoas queriam todos os dados pormenorizados e o Ministério iria ter um documento que poderia ser uma boa tese de mestrado ou doutorado, mas não serviria para a conferência. Então, sugiro que o painel seja a base de informações, visto que ele é atualizado mensalmente e os dados da PNAD, trimestralmente, para que seja investido mais tempo na organização das demandas, oferecendo uma síntese e não um detalhamento de

informações aos participantes da conferência. Acrescentou que o painel deveria ser divulgado nas superintendências e nas secretarias de estado. A senhora Luciana fez uso da palavra para apoiar a sugestão de Paula.

Adiante, o senhor Cláudio Py fez uso da palavra para compartilhar as ações da AECI. Em relação à supervisão ministerial, apresentou um panorama das auditorias em andamento do TCU e da CGU, totalizando oito auditorias, incluindo temas como fomento e emendas parlamentares, destacando a importância da supervisão e do controle para garantir a eficiência dos processos. A auditoria do seguro-defeso foi mencionada como um exemplo relevante, com o TCU já apresentando a matriz de auditoria e discutindo os achados preliminares. Acrescentou que o Ministério está atendendo 37 recomendações da CGU, com 82 em análise e quatro auditorias estão em andamento, incluindo temas como o Sine e termos de fomento. Não há pendências, nem demandas atendidas fora do prazo. Foram encaminhadas 16 tomadas de contas especiais ao TCU, com 57 ainda em elaboração. Cinco foram devolvidas pelos órgãos de controle, e quatro foram realizadas com déficits inferiores. Informou que o programa de integridade do Ministério está sendo atualizado, com 28 medidas em andamento e previsão de conclusão até o final do ano. Em setembro, será feito um novo monitoramento das medidas implementadas. Comentou que Governança e Controle é essencial para garantir a efetividade e a eficiência dos processos. Informou que na próxima semana a comissão executiva do programa de integridade irá se reunir para tratar da minuta da portaria MTE sobre conflito de interesses e nepotismo. Por conseguinte, apresentou o andamento dos trabalhos do gerenciamento de risco no sistema AGIR, a AECI está atuando como facilitadora das unidades do Ministério, orientando o gerenciamento de 26 processos. São 7 processos da SEMP, 3 da SENAES, 3 da DTI, 3 da SPT, 4 da SIT, 5 da SEET e 1 da SRT. Todos esses processos já foram registrados no sistema AGIR, durante várias reuniões realizadas com as respectivas unidades para alinhamento do gerenciamento, foi realizado o cadastramento das equipes e do gestor das unidades no sistema AGIR e hoje, está ocorrendo as facilidades, unidade por unidade, individualmente.

Em seguida, a palavra foi passada para o Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade, senhor Rogério que iniciou a sua fala sobre o acompanhamento orçamentário do exercício, apresentando os limites de empenho, em que na PLOA tinha o valor de R\$ 911 milhões, na LOA aprovou-se R\$ 910 milhões, houve um bloqueio de R\$ 46 milhões e um contingenciamento de R\$ 179 milhões, restando disponível R\$ 684 milhões para o ano de 2025. Adiante, apresentou valores de limites de pagamento do Ministério, até outubro/2025, R\$ 28 milhões de fonte do Tesouro e R\$ 17 milhões de fonte própria, já para novembro/2025 esse valor subiu para R\$ 45 milhões do Tesouro e R\$ 38 milhões de própria. Comentou que a assunção de novas obrigações pelo Ministério deverá ser negociada, previamente informada para a Secretaria-Executiva do Ministério para que seja feita uma avaliação da capacidade do MTE de assumir um novo compromisso. Lembrou a todos do Painel Orçamentário de 2025, disponível na rede, em que são divulgados os dados da execução orçamentária de todas as unidades do Ministério, inclusive das superintendências, as emendas parlamentares, o ranking de execução de cada unidade e os restos a pagar. Reforçou as datas limite para empenho, para as despesas primárias discricionárias – RP 2 – até o dia 2/12/2025 e para as demais despesas – RPs 1,6 e 7 – até o dia 31/12/2025. Lembrou também a todos do prazo limite até o dia 29/7/2025 para responder ao Ofício-Circular SEI nº 121/2025/MPO, repassado às unidades do Ministério pelo Ofício Circular DAFC nº 384 (SEI 5947060), sobre o acompanhamento físico-financeiro, 1ª fase, de janeiro a junho de 2025. A Senhora Luciana fez uso da palavra para comentar da necessidade de cada unidade do Ministério em readequar seu orçamento com consciência e cuidado e atentar para a execução para que não deixem cair em restos a pagar. Acrescentou que era oportuno lembrar, que em setembro tem uma janela para alterar, despesas de investimento e custeio. Rogério confirmou a lembrança e disse que faz parte da rotina da DAFC previamente à janela, notificar todas as unidades solicitando que eles encaminhem o demonstrativo com as prioridades de execução, as necessidades de recomposição, inclusive, mencionou que na primeira janela que ocorreu em junho, ele fez solicitação de suplementação orçamentária sem compensação, mas não obteve resposta até o momento, não somente desta, mas também dos pedidos de antecipação de limite financeiro. Nesse momento, já foi pedido mais de R\$ 50 milhões de antecipação e não receberam nenhuma resposta favorável nesse sentido. Por conseguinte, o senhor Rogério continuou com a sua apresentação informando a fase quantitativa do PLOA 2026: referencial de 2025 foi de R\$ 871.680.187,00, do PLOA 2025 c/ expansão foi de R\$ 911.680.187,00 e o referencial de 2026 é de R\$ 797.950.894,00. Registrou que este é o momento de as unidades realizarem seus pedidos de expansão com a devida justificativa. Ações realizadas: Envio de

Ofícios com o referencial monetário às áreas em 22/7, captação pelo sistema integrado de planejamento e orçamento – SIOP, definição de prioridades em 2026 para registro de pedidos de ampliação, prazo de até 30/7, previsão de orçamento de médio prazo para captação simplificada de valores para 2027 a 2029 e para o referencial de despesas discricionárias igual a 2026. A senhora Luciana fez uso da palavra para comentar que o Ministério tem de continuar com a sua gestão, não pode desanimar em decorrência dos limites orçamentários, pois o próximo ano é um ano de entrega, é ano de eleição. Em 2007, o orçamento do MTE foi de 2,5 bilhões, o desse ano foi menos de 1 bi e entregou-se a reconstrução do Ministério, o concurso dos auditores fiscais, novas políticas públicas, o crédito do trabalhador, dentre outras. Reforçou sua fala da importância de todas as unidades do Ministério trabalhar o orçamento com critério, centralizado, seguindo a mesma linha de atuação pensando nos objetivos da pasta e no que se quer entregar para a população. O senhor Cláudio Py aproveitou a oportunidade para dizer que realizar mais com menos é um indicador importantíssimo de eficiência.

A seguir, o senhor Cláudio Py passou a palavra para a Diretora de Gestão de Pessoas, senhora Débora Hernandes que iniciou a sua apresentação falando da política nacional de desenvolvimento de pessoas, cujo principal objetivo é estabelecer uma cultura de planejamento das ações de desenvolvimento, visando capacitar os servidores em diversas áreas. Foi criado um comitê de seleção para cursos de pós-graduação, composto por representantes de várias unidades do Ministério, que avaliará e deliberará sobre os afastamentos para capacitação. O plano de desenvolvimento de pessoas (PDP) será elaborado anualmente, com identificação e cadastro das necessidades de desenvolvimento pelas unidades, validação pelas chefias e análise pela DGP. As regras para afastamentos para ações de desenvolvimento incluem a necessidade de estar prevista no PDP, alinhada às competências do servidor e dentro do limite máximo de 5% dos servidores afastados simultaneamente. As chefias devem estimular a participação dos servidores nas ações de desenvolvimento, acompanhar a eficácia das ações e apoiar a disseminação dos conhecimentos adquiridos. Os servidores devem fornecer informações, não abandonar os cursos e disseminar os conhecimentos. A seguir, tratou sobre o controle de frequência, disse que o MTE abordou a implementação do registro eletrônico de frequência através do SouGov, destacando a importância do cumprimento das responsabilidades dos servidores e chefias na homologação das frequências. O registro eletrônico de frequência executado pelo SouGov foi implementado pelo MGI em julho de 2023 e está em vigência no MTE desde junho de 2024. Informou que houve um problema no sistema de junho a novembro, mas a DGP incluiu o código 98977 que significa anterior a implementação do sistema para sanar o registro e orientou que os servidores que não fizeram o registro no SouGov deverão realizar o registro através do SEI nos ajustes de frequência e encaminhar o processo para a DGP a fim de regularizar a situação do servidor. As chefias devem promover o fechamento mensal das ocorrências, registrar a jornada de trabalho dos servidores e estabelecer formas de compensação de horário até o 5º dia útil de cada mês. A homologação deve ser feita até o quinto dia útil de cada mês. Os servidores devem registrar diariamente os movimentos de entrada e saída, apresentar justificativas em até 2 dias para ausências não justificadas à sua chefia imediata e acompanhar seus registros de frequência, responsabilizando-se pelo controle de sua jornada, faltas justificadas com apresentação de atestados médicos. A partir de agosto de 2025, faltas não justificadas e não compensadas serão descontadas na folha de pagamento. Faltas anteriores a julho de 2025 serão tratadas como reposição ao erário. Acrescentou que a chefia imediata deverá registrar as faltas não justificadas ao fechar o ponto do servidor e homologar, pois é previsto na legislação possível responsabilização da chefia que omite o registro de faltas não justificadas. O auxílio transporte que é gerido pelo MGI será descontado automaticamente para dias sem deslocamento registrado. Servidores em PGD devem usar o código de efetivo deslocamento para evitar descontos indevidos e informou que alguns códigos mudaram. A seguir, falou sobre o Programa de Gestão e Desempenho – PGD, pois a DGP está elaborando uma Portaria de reestruturação da proposta que está vigente hoje. Então, trouxe 3 pontos principais: que o PGD será uma regra para todos os servidores; mudanças no acompanhamento do desempenho dos servidores com a inclusão de indicadores de desempenho; e a composição de um comitê gestor que vai ser o responsável por avaliar. Finalizando, informou que a DGP publicou a cartilha EVOLUIDADES, programa desenvolvido pela DGP para a preparação do servidor para a aposentadoria, pois 55% dos servidores do MTE tem mais de 50 anos de idade e dentre estes, 25% tem mais de 60. A cartilha oferece alguns requisitos para se aposentar, um planejamento para essa transição, o que fazer após a aposentadoria, mudanças na alimentação, questões das finanças e os contatos da DECIPEX e serviços.

Adiante, o senhor Cláudio Py passou a palavra para o Secretário de Análise Técnica da Secretaria Executiva, senhor Thalys Eliel, para falar sobre privacidade e dados pessoais, tema de alta relevância a ser tratado com cuidado e zelo específico. O Governo Federal tem estado atento a esse tema, com a atuação da Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD, a Secretaria de Governo Digital através do programa de privacidade e segurança da informação – PPSI, além da supervisão da CGU, do TCU e dos titulares dos dados, que aciona o Ministério através do fala BR, e-mail, processo SEI para saber como estão sendo tratados seus dados pessoais. A ANPD que era uma unidade foi transformada em autarquia pelo Governo Federal. O PPSI faz uma supervisão de todos os ministérios em relação às suas ações e atividades em relação à segurança, à privacidade e também à estrutura de tecnologia da informação e ele tem 3 eixos, um eixo de estrutura que é mais voltado para a área de DTI, tem o eixo de segurança da informação, que direciona as ações para o gestor de segurança da informação e tem o eixo da privacidade, que é tratado pelo encarregado pelo tratamento de dados pessoais de cada órgão. E aqui no nosso Ministério, a unidade responsável pelo controle interno é o Cláudio Py, o gestor de segurança da informação é o Victor, e o encarregado pelo tratamento de dados é ele e o nosso gestor de tecnologia de informação é o Heber. Acrescentou que as orientações dos órgãos de controle é a capacitação da equipe laboral, elaborar uma política de segurança, de privacidade, de tratamento de dados pessoais no Ministério e ter o cuidado com o compartilhamento de base de dados para terceiros, é preciso supervisionar esse compartilhamento. Existe no MTE uma ação em andamento na Ouvidoria, junto às Secretarias e Departamentos, que é a atualização do inventário de base de dados, então, aproveitamos esse trabalho da Ouvidoria incluindo uma observação na planilha deles, uma coluna específica para dizer se aquela base de dados possui ou não dados pessoais e se são sensíveis e/ou relevantes. Informou que tem realizado a revisão periódica dos acordos de cooperação dos contratos, tratado das demandas que chegam via fala BR, e-mail e NPD e realizou a capacitação de todos colaboradores do Ministério esse ano através do Ofício circular 36. Tem feito também a construção da política de privacidade de dados pessoais do MTE, essa política não tinha sido feita inicialmente dentro do nosso sistema de integridade então a gente propôs junto à assessoria de controle interno para que o Ministério tivesse uma política própria específica sobre isso, essa proposta caso aprovada pelo CGE será encaminhada para as Secretarias apresentarem sugestões caso queiram. Pediu o apoio de cada uma das secretarias, para que estimulem os servidores a concluir esse curso sobre LGPD, esse curso inicial introdutório, visto que o seu plano é avançar com outros cursos intermediários e avançados sobre a proteção de dados. Adiante, informou que foi feito um termo específico de uso de acesso para poder colher a biometria dos servidores quando eles entram, quando eles acessam as unidades do trabalho e tem todo um regramento e um acompanhamento específico, que é feito junto às contratadas, disponibilizado aqui também na página do Ministério e toda essa regra é para caso algum servidor ou alguma pessoa que visita o MTE queira saber para que são usados seus dados. Enfim, pediu o apoio dos presentes para compartilhar com sua equipe sobre a importância desse tema e que atualizem o inventário.

Em seguida, o senhor Cláudio Py passou a palavra para a Coordenadora de Transparência do Trabalho, senhora Elta Iris, para falar sobre a evolução do plano de dados abertos – PDA, que é uma política estabelecida pelo Decreto nº 8.777/18, de publicação bienal. O plano de dados abertos do MTE expirou no dia 18/7/2025, e juntamente com o controle interno e o comitê de governança de dados, já começaram a atuar, fizeram um inventário de bases, localizaram por enquanto 84 bases. Desses 84, 33 estão em consulta pública no portal participa mais Brasil.

A seguir, o senhor Cláudio Py passou a palavra para a Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional, senhora Coslita Oliveira, que iniciou a sua fala informando que em julho desse ano foi publicada a Portaria MTE nº 1.107, de 27/06/2025, que trata do regimento interno das superintendências, um documento que é importante, detalha a estrutura das unidades descentralizadas, as competências, as atribuições dos dirigentes, cujo objetivo maior é evitar o conflito de competência e garantir a efetividade da operacionalização das políticas públicas nessas unidades. Sobre as principais alterações nesse regimento em relação ao anterior, tem-se a criação da **Coordenação de suporte de atendimento ao trabalhador** e o **Setor de suporte de atendimento ao trabalhador**, a segunda mudança foi só de denominação, em que a Coordenação de planejamento e apoio ao atendimento foi transformada em **Coordenação de suporte e atendimento ao trabalhador**, isso nos grupos 1 e 2. E o Núcleo de apoio ao atendimento mudou para **Núcleo de atendimento ao trabalhador**. No grupo 3 houve a mudança do Núcleo de atendimento ao cidadão para **Setor de suporte de atendimento ao trabalhador**, e a alteração de setor de apoio às políticas

públicas para Núcleo de identificação do trabalhador, registro profissional e benefícios. Acrescentou que houve também a criação de um Setor de políticas de trabalho, emprego e renda, em atendimento a uma demanda que era da SEMP que tinha uma dificuldade em manter um contato mais próximo com as superintendências e direcionar algumas demandas. Foi criado em Minas Gerais, o Setor de informações digitais trabalhistas, no grupo 2 foi criado o Setor de suporte à central de atendimento telefônico em Caruaru, e criou-se a Seção de inspeção do trabalho do grupo 2 que envolve AM, BA, CE, ES, GO, PA, PE, PR e SC.

Por conseguinte, o senhor Cláudio Py passou para a última pauta do dia, as ações de prevenção na corregedoria, com a fala do Corregedor substituto, senhor Waldo Rohlfs, que iniciou agradecendo à Secretaria-Executiva pela abertura de espaço para realizar reunião e cunho preventivo com todos os Superintendentes. Em seguida, informou sobre as ações preventivas em andamento. Relatou que a Corregedoria tem realizado reuniões com gestores e servidores para tratar sobre temas recorrentes na corregedoria e orientar sobre ações preventivas, a exemplo da reunião com todos os superintendentes organizada pela SE. Informou que a reunião foi bastante produtiva. Foram abordados temas como a tipologia das denúncias, demonstrando-se as denúncias mais frequentes, as condutas que mais geram demissão no MTE, uso de veículo oficial e conflito de interesses. As Superintendências, por sua vez, trouxeram questionamentos que não se vislumbravam até então, por exemplo, a questão do uso do veículo oficial para apoiar os projetos estaduais de economia solidária, a qual buscou-se uma solução ideal, também com o apoio da Secretaria Executiva. Reforçou que a reunião com os Superintendentes abriu um importante canal de comunicação entre a Corregedoria e as unidades regionais, inclusive citando que algumas Superintendências já procuraram a Corregedoria para esclarecer dúvidas e solicitar apoio em questões regionais. Paralelamente, relatou que a Corregedoria também tem sido buscada por servidores para buscar orientações sobre questões correcionais. Informou que existem ainda mais duas reuniões programadas, fruto da interlocução entre a Corregedoria e a SIT. A primeira ocorrerá em 19/08, aberta a todos os Auditores Fiscais do Trabalho, com público estimado de 1.000 AFTs, também com o objetivo de tratar sobre temas correcionais relacionados à rotina dos AFTs, e uma segunda reunião, em data a ser confirmada, com todos os AFTs oriundos do último Concurso Público. Relembrou das "pílulas correcionais" que são textos de prevenção divulgadas via e-mail institucional, com foco em temas específicos cuja seleção é oriunda do trabalho da Divisão de Análise de Riscos e Prevenção (DRP). Reforçou ainda que a Corregedoria tem incentivado a utilização do Termo de Ajuste de Conduta como instrumento de prevenção de infrações e de mediação de conflitos, como alternativa à instauração de PAD's, nos casos em que a legislação permite o uso de tal ferramenta. Ao encerrar, relatou que, também como ação preventiva, a Corregedoria está renovando, atualizando e reforçando a sua equipe, com o objetivo de conferir maior celeridade processual, a fim de dar respostas rápidas à sociedade e reduzir a sensação de impunidade.

O senhor Cláudio Py, Coordenador do CGE, perguntou se alguém gostaria de falar e como ninguém se pronunciou, agradeceu a presença de todos e a Secretária-Executiva senhora Luciana, após agradecer a presença de todos os presentes e os que acompanharam on-line encerrou a reunião às 13h30. E, eu, Josabé Dourado Guerra, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Elta Íris Silva, Ouvidor(a)-Geral Substituto(a)**, em 28/08/2025, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogerio Xavier Rocha, Diretor(a)**, em 28/08/2025, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Santos da Silva Campelo, Chefe de Gabinete**, em 28/08/2025, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Segantin Luiz, Chefe de Gabinete**, em 28/08/2025, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TANIA SILVA DE ALMEIDA, Chefe de Assessoria Especial**, em 28/08/2025, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Odair Henrique Michels Behn, Chefe de Gabinete**, em 28/08/2025, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Debora Hernandes Figueira, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 28/08/2025, às 20:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marta Trindade Veloso Fulcar, Chefe de Gabinete**, em 29/08/2025, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heber Fialho Maia Junior, Diretor(a)**, em 29/08/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CARLOS DA SILVA, Chefe de Assessoria Especial**, em 29/08/2025, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO DE DEUS DEL CASTRO, Assessor(a)**, em 29/08/2025, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MONTAGNER, Subsecretário(a)**, em 29/08/2025, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Eduardo Medeiros Aquino, Chefe de Gabinete**, em 29/08/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thalys Eliel Amaral Gomes, Subsecretário(a) de Análise Técnica**, em 29/08/2025, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Saraiva Almeida Corassini, Chefe de Gabinete**, em 01/09/2025, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Lacerda e Silva, Chefe**, em 01/09/2025, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Perioto, Secretário(a) de Relações do Trabalho**, em 01/09/2025, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **COSLITA OLIVEIRA DO NASCIMENTO DE SOUZA ALVES, Coordenador(a)-Geral**, em 02/09/2025, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antonio de Almeida Py, Chefe de Assessoria Especial**, em 08/09/2025, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://processoelectronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=6469998&crc=D33BF6A4, informando o código verificador **6469998** e o código CRC **D33BF6A4**.

Referência: Processo nº 19955.200314/2024-35

SEI nº 6469998